

## A ALTERNÂNCIA PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: DIFICULDADES E POSSIBILIDADES DE UMA EXPERIÊNCIA EM CONSTRUÇÃO

## THE PEDAGOGICAL ALTERNATION IN EDUCATION OF THE FIELD: DIFFICULTIES AND POSSIBILITIES OF AN EXPERIMENT IN CONSTRUCTION

*Mariana Esteves de Oliveira*<sup>1</sup>

**RESUMO:** Neste texto, propomos uma reflexão acerca do potencial que a Pedagogia da Alternância, aplicada à Educação do Campo, tem para constituir o paradigma educativo emancipador, requerido pelo núcleo originário do movimento camponês nas escolas do campo. Para dimensionar a prerrogativa transformadora que a metodologia implica (ou não), analisamos a experiência do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio em Alternância, desenvolvido na Etec de Andradina – SP, por meio de um olhar sobre sua implantação, sua estrutura, currículos e práticas escolares. Ao observarmos os vínculos da instituição com o agronegócio e outras demandas de mercado, percebemos as contradições deste processo e buscamos as brechas e resistências que nos permitiram relativizar os limites que se apresentaram.

**PALAVRAS- CHAVE:** Educação do Campo; Pedagogia da Alternância; Emancipação; Reprodução; Escola Agrícola.

**ABSTRACT:** In this text, we propose a reflection on the potential that the Alternation Pedagogy, applied to Field Education, has to constitute the emancipatory educational paradigm, required by the original nucleus of the peasant movement in the rural schools. In order to measure the transformative prerogative that the methodology implies (or not), we analyze the experience of the Agricultural Technical Course Integrated in High School in Alternance, developed at Etec de Andradina - SP, through a look at its implantation, its structure, and school practices. When we observe the institution's links with agribusiness and other market demands, we perceive the contradictions of this process and look for the gaps and resistances that allowed us to relativize the limits that presented themselves.

**KEY WORDS:** Field Education; Pedagogy of Alternation; Emancipation; Reproduction; Agricultural School.

### Introdução

Na atual tormenta dos processos gerencialistas das reformas educacionais, no atual contexto de reestruturação produtiva do capital e hegemonia neoliberal, professores e militantes que atuam na Educação do Campo parecem concordar que a Pedagogia da Alternância precisa ser protegida e defendida, juntamente com todo o paradigma originário que deu à luz a este campo de luta, atuação e estudos. A Educação do Campo, por nascer dos movimentos sociais camponeses, traz consigo uma proposta de educação

---

<sup>1</sup> Professora do Curso de História do Campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (CPTL/UFMS). E-mail [mariana.esteves@ufms.br](mailto:mariana.esteves@ufms.br)

emancipadora, marxista, popular e transformadora. Permanecer assim na escola atual tem sido um grande, senão o maior, desafio das escolas do campo.

Com efeito, a Educação do Campo, como um novo paradigma educativo construído por grupos sociais (camponeses militantes e educadores) a romper com a educação tradicional e hegemônica, “urbanocêntrica”, e com a educação rural na qual a população camponesa fora submetida e que se destaca pela negligência e exclusão (educação para o campo, formação do “peonato”), pode servir de termômetro para compreendermos em que medida a escola pode ser transformadora e como ela pode superar suas tendências reprodutivistas. Entendemos que a Educação do Campo é a sequência mais latente da luta pela terra, juntamente à luta por dignidade, por crédito, por subsídios, pois a batalha do camponês pelo retorno à terra não se encerra na conquista do lote, ela se estende para naquilo que podemos conceber, simplesmente, como direito de (bem) viver.

Esse movimento, apesar de vislumbrar a institucionalização (consolidação sistêmica de escolas do campo), lança mão de instrumentos diversos daqueles convencionalmente estatais, com destaque à Pedagogia da Alternância, trazendo ao sistema educacional um novo paradigma formativo e possibilitando a realização dos processos educativos dentro da proposta original de uma educação da classe trabalhadora e para a classe trabalhadora (CALDART, 2004). A Pedagogia da Alternância seria um instrumento mediador para se alcançar o caráter emancipador do trabalho educativo porque reconhece a realidade material e respeita os tempos e espaços dos sujeitos e de seus lugares. Todavia, temos questionado se as experiências de implementação da metodologia, nas escolas, têm provocado esse debate e a desejada mudança do paradigma educativo.

Aqui, nosso intento é trilhar esse desafio propondo diálogos e explicitando vivências para compreender as experiências escolares vinculadas à Alternância, buscando compreender se elas oferecem espaço de ação/resistência e horizonte transformador para seus sujeitos e aos problemas societários que se colocaram a partir da emergência do capitalismo, da subsunção do campo ao capital e do seu atual estágio neoliberal, no cenário agressivo do agronegócio, pós-revolução verde.

Trouxemos para reflexão o caso do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao

Ensino Médio na Modalidade Alternância, do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps - rede pública de ensino técnico e tecnológico do Estado de São Paulo), desenvolvido no município Andradina. Na Escola Técnica (Etec) Sebastiana Augusta de Moraes, o referido curso foi implantado objetivando atender aos jovens oriundos da Reforma Agrária, das pequenas propriedades rurais de aptidão à agricultura familiar da região que, hoje, compreende cerca de 4000 famílias .

Para alcançar as considerações que desejamos, propomos discutir a estruturação da escola/curso, seu papel social na comunidade e suas relações com os paradigmas da Educação do Campo. Partimos da observação das condições do trabalho pedagógico, das matrizes curriculares e da visão institucional, no que se refere aos desafios e contradições do curso em função dos referenciais possibilitados pela Pedagogia da Alternância. Por fim, tentaremos mapear caminhos ou brechas onde se vislumbrem os paradigmas originários da Educação do Campo em uma instituição que sugere formação tecnicista e empreendedora.

### **A Escola Agrícola entre a Alternância e o Agronegócio**

O Ceeteps é uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, constituindo-se tradicionalmente na oferta de educação pública profissional, por meio de cursos técnicos e tecnológicos. Sua história remonta ao início dos anos 1960, na emergência das discussões acerca da necessidade de formação profissional frente à expansão industrial no estado, tendo iniciado suas atividades em 1970, com a instalação dos cursos superiores de Construção Civil e Mecânica. Nos anos 1980 teve sua atuação ampliada ao incorporar 12 unidades de ensino técnico de nível médio, as chamadas Etecs. A partir de 1994 foram incorporadas outras 82 unidades, que eram ligadas diretamente à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. Hoje a autarquia está vinculada à Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, na gestão de 218 Etecs e 64 Fatecs – Faculdades de Tecnologia.

Ao especializar-se na oferta de cursos voltados à formação profissional, o Ceeteps imprimiu um diálogo com as regiões administrativas do Estado de São Paulo e com setores privados em busca do mapeamento constante das demandas de qualificação profissional “para se ajustar à demanda do mercado” e, ao mesmo tempo, de garantir a

existência e continuidade das escolas (MONTEIRO, 2000, p. 34). Neste contexto, em regiões de aptidão econômica agrícola, a instituição investiu em cursos técnicos de formação de mão de obra para o setor de agropecuária, bastante comprometidos com os setores empresariais regionais. Até 1996, a instituição já contemplava o ensino agrícola através de 35 escolas técnicas agrícolas distribuídas pelo estado e, entre elas, a Escola Agrícola de Andradina (Hoje conhecida como Etec Sebastiana Augusta de Moraes). Neste mesmo ano, no bojo das mudanças colocadas pela nova Lei de Diretrizes e Bases, o Ceeteps empreendeu reformas com vistas à recomposição da educação profissional voltada ao meio rural. Conforme o projeto original, tais reformas visavam a “uma atuação que responda às questões fundamentais ligadas à sua identidade, concretização de nova oportunidade de acesso ao ensino agrícola e estabelecimento de relações mais produtivas entre educação e trabalho” (CEETEPS, 1998: s/p).

No contexto da reforma havia o entendimento de que, com o ensino convencional, seja urbano, seja no campo (sem especificidades ou alternâncias de tempos formativos), os jovens não se “fixavam” no meio rural e isso acarretaria em uma agricultura “sub produtiva”, à margem do potencial e do desenvolvimento tecnológico brasileiro e/ou regional, pois, para a instituição, o país apresenta:

Uma grande massa de pequenos produtores rurais com um baixíssimo nível de educação formal ou informal, trabalhando com agricultura familiar, massa esta que tende a ser engrossada pelo processo de reforma agrária, mas esvaziada com a migração para a zona urbana, consequências das dificuldades de sucesso da agricultura familiar em uma economia cada vez mais globalizada e competitiva (MONTEIRO, 2000, p. 18).

Em 1996, após ampla discussão e viagens de estudos ao MEPES- Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo e outras escolas de Casas Familiares Rurais no Brasil, equipes das Etecs das cidades de Andradina, Rancharia e Mirassol, apresentaram os projetos para habilitações dos cursos técnicos em regime pedagógico de alternância.

Vale salientar que a Pedagogia da Alternância consiste em uma metodologia educativa que incorpora tempos e espaços diversos ao processo formativo, levando em conta a realidade e a vivência dos educandos. Isto é, o aluno aprende na escola e, num

outro período de tempo, aprende também, por meio das ferramentas específicas da metodologia, em seu meio sócio profissional, sobretudo no trabalho do campo. Suas primeiras experiências datam dos anos 1930, na França, a partir da iniciativa de pais cujos filhos não se adaptaram aos estudos regulares em virtude de suas vidas e seus trabalhos no campo, chegando ao Brasil nos idos de 1970, a partir de associações camponesas e lideranças comunitárias e católicas. Foi amplamente discutida no entrelaçamento das lutas pela terra e por educação do campo, tornando-se, na sequência, parte importante da proposta pedagógica do MST.

Nesse sentido, a Pedagogia da Alternância, por respeitar e integrar a materialidade das relações de trabalho familiar no campo, tornou-se elemento auxiliar de uma Educação do Campo cuja práxis está na própria luta. Como já dissemos, ela carrega, em si, o lume da resistência camponesa em permanecer no campo, em viver da terra com dignidade, um potencial de recriação. No entanto, ao empreendermos um primeiro olhar sobre os processos e documentos político-pedagógicos da escola a que nos propusemos analisar, não encontramos indícios de que a implementação da metodologia vinculava-se ao entendimento dos limites da educação rural, no que tange à necessária superação do latifúndio e do agronegócio como entes estruturantes da concentração fundiária, responsáveis pela condição histórica de submissão e empobrecimento camponês.

No caso do Ceeteps, podemos relacionar os dispostos declarados em relatório apresentado pela comissão de implantação do projeto, ao diagnosticar os problemas nas suas escolas agrícolas e pensar na pedagogia da alternância como alternativa de soluções. Naquele momento, os problemas elencados foram:

Custo elevado por aluno – cerca de dez vezes mais que um aluno comum; egressos apresentavam baixo aproveitamento do curso, atuando como profissionais em atividades diferentes daquelas para as quais foram qualificados; grande parte dos alunos era proveniente de outros estados, não contribuindo para a formação da mão de obra na região; pouca participação dos pais de alunos no processo educacional e gerencial da escola; os alunos que deveriam estudar na escola não podiam frequentar a escola em regime integral, por terem que trabalhar na propriedade de seus pais; currículo e conteúdos pouco adequados à realidade das famílias, não contribuindo para a solução de

seus problemas socioeconômicos; distanciamento entre a escola e o setor produtivo (MONTEIRO, 2000, p. 36).

Assim, o projeto era visto como alternativa, em função da “crença na pedagogia da alternância como uma filosofia de ensino; a disponibilidade para se trabalhar junto à comunidade, a possibilidade de se diferenciar de outras escolas agrícolas através da adoção da pedagogia, e com isso viabilizar sua continuidade (MONTEIRO, 2000, p. 37). É possível perceber que, no olhar das equipes de implantação, o primeiro sujeito do problema era a escola, seguida do desenvolvimento (econômico) regional e finalmente, o aluno, o jovem camponês e a realidade do campo. A realidade camponesa, todavia, foi utilizada no projeto na oportunidade de justificar a escolha da metodologia, destacando a evasão de jovens para as cidades como situação problema:

Nada mais natural, tendo em vista as dificuldades de seu dia-a-dia, e as inúmeras variáveis envolvidas na produção rural. A segurança de uma estabilidade financeira através da produção rural não é uma realidade do produtor brasileiro (...) É justamente nesse ponto que a pedagogia da alternância pode surgir como uma alternativa interessante e viável: na diminuição do custo de oportunidade da escolarização do jovem rural. A alternância pode ser o ponto de partida para que, tanto o jovem, como a família, tenham a oportunidade de criar um futuro profissional economicamente viável na propriedade rural familiar. A Pedagogia da Alternância nas escolas do Ceeteps tem por objetivo dar meios para que o jovem seja um empreendedor do meio rural, criando suas próprias condições de trabalho em sua comunidade, a partir da vivência que ele tem e do conhecimento que ele é capaz de gerar (MONTEIRO, 2000, p. 41).

Não obstante considerar a realidade e as dificuldades dos agricultores no campo, reside aí a primeira constatação da contradição teórica entre os fundamentos da pedagogia da alternância sob o referencial da Educação do Campo com a implantação da modalidade pelo Ceeteps: a primazia do econômico. A Educação do Campo, enquanto paradigma pedagógico dos movimentos sociais camponeses, almeja “provocar algumas transformações no campo brasileiro porque o resgata não só como espaço da produção, mas como território de relações sociais, de cultura, de relação com a natureza, enfim, como território de vida” (MOLINA, JESUS, 2005, p.11).

O predomínio das justificativas e explicações de ordem produtivistas e econômicas em relação aos jovens do campo e suas necessidades educacionais, bem como a ausência de uma perspectiva social e cultural nos itens do projeto apontam para a premissa de que o Ceeteps implantaria a Pedagogia da Alternância sem uma reflexão voltada à Educação do Campo como direito camponês (anteriormente negado), sem uma discussão problematizada da questão agrária e tampouco sobre o campesinato e a conflitualidade em relação ao território do agronegócio. Caberia ainda, aqui, salientar que a instituição possui um forte vínculo ideológico, enquanto autarquia, às políticas definidas pelo governo do Estado, que há vinte anos se alinhou de forma manifesta ao modelo neoliberal/meritocrático propugnado pelo partido (PSDB) que está à frente do poder do Estado desde 1995. Até aí, isso não significa que a experiência junto aos jovens do campo impedisse suas escolas e seus sujeitos de refletirem acerca destas questões. Para compreender este ponto, seguimos apresentando o Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio em Alternância da Etec de Andradina, pensando sua implantação, suas transformações, o trabalho docente e o currículo.

Na unidade escolar de Andradina, a Pedagogia da Alternância foi implantada em 1998 com alternância formativa de 15 dias. Duas turmas de cada série do curso se revezavam no espaço escolar pelo período e os alunos passavam a metade do mês na sessão escola e a outra metade, na sessão família (nome dado ao tempo de vivência sócio profissional onde a alternância formativa se desenvolve pela observação e pelo trabalho com a família). A implementação logo se tornou o foco do ensino na Etec. Outros cursos eram eventualmente executados, mas a ênfase ao curso técnico em Agropecuária tornou-se a identidade da escola.

A perspectiva teórica fundante centrou-se no tripé “Construtivismo, contextualização e interdisciplinaridade”. Para dar conta desse arcabouço pedagógico, foram implementados os seguintes instrumentos formativos da alternância (ferramentas): Professor Visitador – em que professores vão, semestralmente, até a comunidade/propriedade do aluno para acompanhar seu desenvolvimento; Plano de Estudo/Tema Gerador – tema central levantado a partir de diagnóstico dos problemas enfrentados pelos alunos e suas comunidades e que deve nortear atividades interdisciplinares; Caderno da Realidade – instrumento do aluno no qual ele descreve

suas observações e atividades formativas; Visitas de Estudos – excursões a instituições e empresas com cunho pedagógico; Estágios – em fazendas ou empresas agropecuárias; Convivência em Internato – também denominado de Serão, onde um professor é responsável por atividades que os alunos fazem durante a noite e que facilitam a convivência coletiva no período de internato escolar e, a Tutoria – em que um professor responsável por um grupo de alunos acompanha o desenvolvimento pessoal e social dos mesmos (MONTEIRO, 2000, p. 69).

Antes de completar uma década de experiência, foram diagnosticados problemas que levariam o Ceeteps (e o curso) a uma nova reforma. A interdisciplinaridade propugnada e intrínseca ao conceito de “curso integrado” era dificultada em virtude da divisão do trabalho docente (áreas de ensino médio e ensino técnico), inclusive de turnos pedagógicos. Ainda, a manutenção ao atendimento de uma demanda oriunda do estado do Mato Grosso do Sul (Andradina situa-se próxima à divisa), manteve um antigo problema e o agravou, de modo que os professores visitantes tinham dificuldades de cumprir as visitas às comunidades dos alunos pelas longínquas distâncias, em finais de semana (tempo destinado às visitas). Além disso, geralmente, os alunos provenientes do MS eram oriundos de grandes fazendas e empresas rurais, o que deslegitimava a proposta sob o viés da agricultura familiar. Para atender aos dois públicos, então, a unidade operou uma nova reforma.

A Partir de 2008, a escola passou a oferecer dois cursos técnicos em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. Um deles, voltado à demanda de alunos oriundos de maiores distâncias, ou da zona urbana da própria cidade e municípios vizinhos, com aptidão voltada às empresas rurais e ao agronegócio, sem alternâncias formativas, denominando-se como “convencional”; e o Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio em Alternância, preocupado essencialmente em atender à comunidade local de aptidão de agricultura familiar, principalmente a demanda oriunda dos assentamentos do município e região, onde as políticas públicas de Reforma Agrária demandavam por vagas de qualificação. A instituição estipulou como prerrogativa da entrada de alunos a comprovação do vínculo à propriedade rural e limitou, inclusive, o raio de atendimento regional para viabilizar as visitas docentes, ficando estabelecida uma distância máxima de 100 km.

Nesse íterim, recursos e ferramentas da Pedagogia da Alternância foram alterados para melhor desenvolvimento do projeto. A interdisciplinaridade foi facilitada com integração curricular nos turnos letivos. A periodicidade foi alterada para uma semana, sem revezamento de turmas. Assim o professor visitador teria a semana da “sessão família” para cumprir as visitas e demais instrumentos utilizando a carga horária do próprio curso.

Mas, com isso, a instituição criou um novo cenário complexo e contraditório. A unidade ofertando, de um lado, o curso voltado ao mercado do agronegócio e, de outro, uma versão do curso como oportunidade de camponeses assentados estudarem sem romper o trabalho na agricultura familiar onde residem. A complexidade reside na dimensão da conflitualidade intrínseca dos modelos de ocupação e desenvolvimento do espaço (agrário) na sociedade de classes e na luta de classes. A disputa entre o território do agronegócio e o território camponês em uma perspectiva material, revela o antagonismo fundante em que a primazia de um implica, muitas vezes, na anulação do outro (FERNANDES, 2008). Essa compreensão, todavia, ficou escamoteada na oferta e desenvolvimento das duas políticas dentro da instituição.

Concomitante a isso, o Centro Paula Souza operou um grande movimento de expansão e ampliação de oferta de cursos técnicos modulares (não integrados ao ensino médio) e a unidade passou a oferecer, a partir de 2009, cursos como Técnico em Produção de Cana de Açúcar e, posteriormente, Técnico em Agronegócio, além de outros em extensões urbanas, na área de Gestão. Ao mapear o resultado da política e sua importância ao setor agrícola, o Ceeteps ponderou:

Cada grupo de municípios onde estão localizadas as Etecs agropecuárias teve avaliadas as atividades produtivas, conferindo a adequação dos cursos às demandas regionais. Em Andradina, por exemplo, o curso de Produção de Cana-de-Açúcar atende à vocação regional sucroalcooleira; em Jundiá, o curso Técnico em Alimentos contribui para agregar valor à fruticultura local. Franca se destaca na bovinocultura, mas o foco da produção não está nos alimentos, e sim na preparação de couros e fabricação de calçados. Por isso o curso Técnico em Curtimento é oferecido na Etec Prof. Carmelino Corrêa Júnior. As parcerias estão presentes em 61% das unidades, com destaque para o

programa *Parceiros Vitae*, que financia projetos para implantação de laboratórios e compra de equipamentos. No caso do curso de Produção de Cana-de-Açúcar, a parceria com usinas é essencial para implantação do currículo, já que parte das aulas práticas ocorrem nas empresas. Isso também acontece com o curso de Açúcar e Alcool (CEETEPS, 2011, p. 06).

Neste novo cenário, portanto, novas contradições se colocaram para a execução de uma Alternância que estivesse comprometida amplamente com a educação camponesa da comunidade do entorno da Etec. A primeira a ser destacada é que, para suprir demandas de turmas semestralmente, a escola incentiva os próprios alunos a cursarem os demais cursos na Etec, ou seja, muitos alunos que estudam no curso em Alternância (e o fazem por serem oriundos de assentamentos da reforma Agrária na região) são motivados a cursarem os ensinamentos modulares de Técnico em Produção de Cana de Açúcar ou Técnico em Agronegócio, no período noturno, recebendo autorização para o internato integral e rompendo o ciclo das alternâncias semanais e, principalmente, sem que haja uma reflexão ou uma problematização dos diferentes matrizes teórico políticos intrínsecos na dicotomia do “agronegócio X agricultura camponesa”.

No que tange ao cotidiano pedagógico, podemos destacar dificuldades operadas no trabalho docente para o desenvolvimento da Educação do Campo como paradigma na unidade em questão. A Etec de Andradina possui um corpo docente amplamente qualificado, tendo, em seu quadro profissional, especialistas, mestres e doutores. Regra geral, todos eles lecionam em vários cursos na unidade, até como forma de cumprir a carga horária possível de aulas, bem como em outras escolas, dada a realidade do mundo do trabalho e da precarização do trabalho docente. A equipe de ensino médio e técnico é, grosso modo, a mesma para os dois cursos de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. Mas executar as ferramentas da Alternância na semana de “sessão família” só é possível se o horário de aulas for amplamente orquestrado para que o docente não tenha aulas em diversos cursos em um mesmo dia, pois as visitas às comunidades, por exemplo, tornar-se-iam impossíveis de serem feitas em “janelas” de aulas. Não obstante, a gestão acadêmica e a coordenação do projeto se esmeram na tentativa de organizar este recurso.

Ainda, se levarmos em consideração a carga horária média de 37 aulas semanais atribuídas aos docentes e suas obrigações pedagógicas, poderíamos considerar que resta pouquíssimo tempo para que professores preparem seus materiais didático-pedagógicos com preocupação em diferenciar o referencial político pedagógico intrínseco a cada curso (agronegócio x agricultura camponesa). Todavia, o curso na modalidade de Alternância possui reuniões quinzenais para tratar de suas especificidades e ferramentas, de modo que tais diferenciações são possibilitadas. Ali, são discutidos temas de Planos de Estudos e seus aplicadores, o desenvolvimento das ferramentas de visitas e tutorias, questões pedagógicas diversas e até o currículo, já que a instituição possui uma dinâmica de participação docente nas discussões sobre o currículo escolar. No entanto, não podemos considera-las reuniões de estudos, pois não se trata de debater textos ou teorias, mas dialogar sobre o trabalho cotidiano.

A propósito, fundamentalmente, o currículo constitui-se como uma contradição para pensar a diferenciação do trabalho docente frente às naturezas sociais e políticas entre os dois cursos. Isso ocorre por que a semelhança curricular apontada na análise de conteúdos, das competências, habilidades e perfil do egresso dos dois cursos conduz a essa percepção. O currículo do ensino médio é comum a ambos e, no que tange ao ensino técnico, há poucas referências acerca da especificidade do curso em Alternância. Embora o currículo do curso em Alternância traga, no perfil do egresso, a propensa atuação profissional “em conservação de recursos naturais à sustentabilidade dos sistemas produtivos e também no desenvolvimento sustentável da gestão da empresa familiar” (CEETEPS, 2013, p. 13), diferenciando-se do perfil do curso convencional, ao versar sobre o mercado de trabalho do concluinte, o documento destaca:

Empresas agropecuárias; Empresas agroindústrias: frigoríficos, laticínios, indústrias de processamento de produtos de origem animal e vegetal; Instituições públicas/ privadas de pesquisa, educação e extensão rural; cooperativas agropecuárias e fazendas; Empresas de prestação de serviços agropecuárias, consultorias e assistências técnica; Empresas comerciais e fornecedoras de agroquímicos; Empresas de paisagismo/jardinagem; Empresas de mapeamento / topográficos /geodésicos; Empresas comerciais de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas; Destilarias e usinas de

açúcar e álcool (CEETEPS, 2013, p. 13).

Aqui se aloca outra contradição. Se a formação dos alunos será voltada ao referido mercado de trabalho, como o curso em Alternância poderia contribuir para o fortalecimento e criação de oportunidades aos jovens no campo, nos assentamentos rurais? Em outro espaço, na divulgação da oferta de cursos pelo site institucional, ao disponibilizar o perfil dos cursos e egressos, o Ceeteps aponta, para o curso de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio em Alternância, o seguinte texto: “O perfil e o mercado de trabalho para o técnico em Agropecuária é o mesmo descrito na página 13”. Ao consultar a referida página, percebemos que a referência é sobre o Curso Técnico em Agropecuária Integrada ao Ensino Médio Convencional que, por sua vez, repete a referência do curso modular em Agropecuária. Isto é, a instituição dá, aos dois cursos, de forma geral, o mesmo tratamento político pedagógico, não obstante surgirem de demandas diferentes sob contextos reconhecidamente antagônicos.

### **Considerações Finais**

Podemos avaliar, finalmente, que apesar de considerada como instrumento militante, urge observarmos a Pedagogia da Alternância como condição processual e com determinações empíricas, isto é, a depender das experiências, conforme aponta Marlene Ribeiro:

[...] essa Pedagogia pode significar um caminho para viabilizar a relação entre trabalho produtivo e educação escolar na formação humana dos trabalhadores rurais/do campo. No entanto, pode ser também uma estratégia do Estado capitalista tanto para a formação dos jovens agricultores quanto para a formação dos jovens trabalhadores urbanos. Quanto aos primeiros, porque ocorre uma diminuição dos gastos públicos com a formação, uma vez que os monitores, na sua maioria, não são professores públicos, e as entidades religiosas, ONGs, sindicatos e associações comunitárias assumem a administração das Casas Familiares Rurais (CFRs) e das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs). Dessa forma, tais organizações e entidades retiram do Estado a maior parte da carga de responsabilidade pela formação de crianças e jovens das camadas populares. A diminuição do tempo de estudo e a ausência de professores licenciados pode significar,

ainda, o aligeiramento e a conseqüente desqualificação da formação oferecida aos filhos dos trabalhadores rurais/do campo. Adotada pelo Estado como política pública para a formação de jovens urbanos em alguns países europeus e no Canadá, a alternância entre trabalho e escola pode mascarar o desemprego e suas causas, mantendo esses jovens durante mais tempo na escola e, ao mesmo tempo, oferecendo estágio remunerado em lugar de emprego assalariado e protegido por direitos trabalhistas (RIBEIRO, 2008, p.31).

Precisamos compreender, portanto, que a introdução e a aplicação da metodologia não implicam, automaticamente, na execução dos ideais paradigmáticos da Educação do Campo. É preciso apreender as interfaces, as intenções, e as formas pelas quais a Pedagogia da Alternância vem sendo desenvolvida em cada experiência para avaliar seu potencial político pedagógico em função da luta camponesa para além de uma educação rural ou no campo, uma luta pela Educação do Campo. E esta é uma prerrogativa da própria metodologia, pois que se propõe dialética e amplamente preocupada em moldar-se com cada contexto em que se desenvolve.

Por fim, ao observar tais contradições, poderíamos inferir que a visão tecnicista e empreendedora aplicada ao curso em Alternância inviabilizaria a estes jovens camponeses encontrar ali algum espaço de discussão e reflexão acerca das naturezas conflitivas do território do agronegócio frente ao território camponês, no bojo do paradigma da Educação do Campo. Da mesma forma, a aparente visão hegemônica de uma agricultura familiar preocupada excessivamente com o produtivismo poderia levar o leitor desse texto a concluir pela inexistência de tais referenciais paradigmáticos, de viés emancipatório. Porém, num olhar mais atento, é possível encontrar experiências contra hegemônicas por meio, por exemplo, de projetos docentes extracurriculares, propostos para atender aos alunos da modalidade “em Alternância” e que evidenciam indícios de valorização da agricultura camponesa em suas interfaces com a agroecologia e com a memória social camponesa.

Tais projetos ganharam maior importância nos últimos anos, explicitada no crescimento da oferta percebida entre 2011 e 2014. Em 2011 apenas dois projetos ligados aos alunos em Alternância foram apresentados, aprovados e executados na unidade sendo eles: “Manejo da pastagem rotacionada (mais alimentos) e produção de

leite” e “Laboratório de Currículo de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio - M. Alternância.” Em 2012, manteve-se a quantidade dos projetos com “Projeto de Plantas Medicinais” e o “Manejo sustentável da pastagem rotacionada (mais alimento) e produção de leite”.

A grande ampliação da oferta se deu no ano de 2013, quando a unidade teve seis projetos aprovados para atuação com os jovens do curso em Alternância, sendo eles: “Agricultura agroecológica e sustentabilidade do sistema agrícola”; “Manejo sustentável da apicultura em área de preservação permanente (app) da unidade escolar”; “Processamento de produtos orgânicos para o desenvolvimento sustentável na produção familiar”; “Produção orgânica de milho-verde crioulo, feijão especial e pimenta visando o desenvolvimento rural sustentável”; “Projeto de mudas florestais nativas de importância ecológica e econômica em assentamentos de reforma agrária da região noroeste do estado de São Paulo” e “Produzindo Memórias e Construindo a História: Os jovens da Alternância e a Memória Social do Campo na região de Andradina”, onde realizamos, junto com os próprios discentes, entrevistas filmadas com os pais dos alunos em assentamentos rurais, produzindo um documentário de 73 minutos .

Por fim, em 2014, foram cinco projetos: “Agregando valor na agricultura familiar: cultivo e processamento de pimenta orgânica para o desenvolvimento sustentável”; “Cadeia Produtiva do Mel-Gestão da Qualidade; Consórcio de milho verde e feijão de inverno como alternativa agroecológica de sustentabilidade da agricultura familiar”; “Desenvolvimento Regional Sustentável - ILPF-Integração Lavoura-Pecuária- Floresta”; “Produção orgânica de sementes de milho crioulo: autonomia, segurança e soberania alimentar na propriedade familiar”. Os projetos são desenvolvidos no decurso do ano letivo com média de dez horas semanais, financiados com recursos do Ceeteps, e a grande maioria deles traz ênfase à agricultura familiar em uma perspectiva agroecológica, facilitando ao grupo o acesso ao ambiente teórico da Educação do Campo de viés contra hegemônico, de modo que os alunos, oriundos dos assentamentos, desenvolvem atividades agroecológicas tanto na unidade escolar quanto em suas comunidades. Encontramos a brecha, ela se estende por dentro às estruturas engessadas que ligam a educação profissional ao capital, fazendo germinar sementes novas onde antes havia pasto.

Não é possível concluir definitivamente, portanto, que a Pedagogia da Alternância é motor mediador da transformação que queremos ver na escola, na Educação. Em muito, ela pode apenas formalizar pressupostos do enquadramento das escolas do campo em políticas públicas, ao passo que aspectos teórico políticos intrínsecos a ela sejam negligenciados (a dimensão da emancipação ou o materialismo histórico dialético como método). Nisso, devemos considerar a importância da insistência (e resistência), por parte de professores comprometidos e militantes, em cobrar coerência teórico metodológica com o paradigma originário da Educação do Campo, em reunir-se periodicamente para avaliar os avanços, em construir observatórios e realizar eventos para tanto. Além disto, recomendamos ao observador que trace um caminho onde possa enxergar as brechas, as experiências que tangenciam estas escolas e que se desenham a partir de um ímpeto contra hegemônico, revolucionário, que seguem costurando, embora tímidas, faces desse paradigma no tecido esgarçado da educação realizada nas escolas rurais.

### **Referências**

CALDART, Roseli. **Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo**. Trabalho Necessário. MST - Ano 2, nº 2, 2004.

CEETEPS. **Pedagogia da Alternância**. Projeto escrito por comissão da alternância e aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, 1998.

\_\_\_\_\_. **Revista do Centro Paula Souza**. Ano 5, número 24. São Paulo: Editora da Imprensa Oficial. Outubro/Novembro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Caderno de Perfil dos Cursos 2013**: Perfil dos Cursos-Mercado de Trabalho- Onde Estudar. Imprensa Oficial, São Paulo, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-301.

MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sonia M. S. A. de. (Orgs) **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF, Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº. 5.

MONTEIRO, Marcos Antonio. (Org.) **Retrato falado da alternância**: sustentando o desenvolvimento rural através da educação. CETEPS, 2000.

QUEIROZ, João Batista; COSTA e SILVA; Virginia C. PACHECO; Zuleika (org). **Pedagogia da Alternância: construindo a Educação do Campo**. Goiânia: Ed UCG.

Brasília, Ed. Universa. 2006. RIBEIRO, Marlene. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. In **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.1, p. 027-045, jan./abr. 2008.